Vol. 23 - N.º 2 - 2022 | pp. 27-46

A vida e a escolarização das crianças cuiabanas no Estado Novo (1937-1945)

Elizabeth Figueiredo de Sá[1]
Francine Suélen Assis Leite[2]

Resumo

Pesquisar a escolarização da infância é dar destaque para as crianças e suas vivências, suas escolas e o ensino ofertado a elas. Assim, o presente artigo pretende analisar as representações dos intelectuais e governantes sobre a escolarização da infância cuiabana durante o governo de Júlio Müller em Mato Grosso, no período do Estado Novo (1937-1945) buscando perceber como tais representações se materializaram nos projetos e práticas educacionais. Para tanto, foram analisadas as legislações, relatórios, mensagens dos governantes disponibilizadas no Arquivo Público de Mato Grosso, bem como as obras memorialísticas, que auxiliaram na percepção da cultura infantil cuiabana. O texto foi organizado contemplando o cotidiano da criança cuiabana, visando compreender o público alvo das políticas educacionais para, em seguida, tratar sobre as modalidades de educação primária na capital mato-grossense. Constatou-se que nem todas as crianças cuiabanas tinham acesso à escolarização e as que tinham acesso, não representavam garantia de passar pelo mesmo processo de educação escolar.

Palavras-chave

História da infância, escolarização, representações, Estado Novo.

Abstract

The researches on the childhood schooling mean to emphasize to children and their existence, schools and the education

[1] Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso. Doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo. Pós-doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo (2009) e pela Universidade Federal de Uberlândia (2018). Atualmente faz estágio pós-doutoral na Universidade de Coimbra. Professora Associada da Universidade Federal de Mato Grosso e Pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Educação. Líder do Grupo de Pesquisa História da Educação e Memória. Contato: [elizabethfsa1@gmail.com].

[2] Graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado de Mato Grosso Carlos Alberto Reyes Maldonado. Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Mato Grosso. Atualmente professora da Educação Básica na Escola Municipal Gustavo Adolfo Wilke e professora Assistente na área de Educação da Faculdade de Educação e Ciências Sociais Aplicadas da Universidade do Estado de Mato Grosso Carlos Alberto Reyes Maldonado, campus universitário de Juara. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa *História da Educação e Memória* da Universidade Federal do Mato Grosso e do Grupo de Pesquisa *Fronteira, Territorialidade e Cultura: História de Juara-MT na memória de seus habitantes* da Universidade do Estado de Mato Grosso Carlos Alberto Reyes Maldonado. Contato: [franassisleite91@gmail.com].

Vol. 23 - N.º 2 - 2022 | pp. 27-46

that are given to them. Thus, this paper intends to analyse the representations of the intellectual elite and governors about the Cuiabá's childhood education during the administration of Júlio Müller in Mato Grosso State, during the Estado Novo (1937-1945). It seeks to understand how the representations were materialized in education projects and practices. Therefore, we analysed legislation, reports, messages from governors provided by the Public Archive of Mato Grosso, as well as memorial works that assisted with the perception of Cuiabá's childhood culture. The paper was organized to contemplate the Cuiabá's children everyday aiming to understand the target public of educational politics, to then deal with the modalities of primary education in the capital of Mato Grosso. It was perceived that to be a child wasn't enough to go to school, the child had to be healthy and be in the right age. Even so, not all children had access to school and nor the guaranteed right to the same education process.

Keywords

Childhood history, *education*, *representation*, *Estado Novo.*

Introdução

A infância se caracteriza como uma construção histórica e social e ao escrever sobre a criança, reflexões sobre a história da infância são elucidadas e permitem «[...] compartilhar um panorama de abordagens, fontes e problemas relativos às pesquisas sobre as crianças, consideradas historicamente em seu processo de interação social e desenvolvimento pessoal» (Kuhlmann Jr., 1998: 15). Entendemos que infância e criança não são palavras sinônimas. Na ótica da História, a infância é a representação que os adultos possuem do período inicial ou já vivido da vida da criança, pois:

> A palavra *infância* evoca um período da vida humana; no limite da significação, o período da palavra inarticulada, o período que poderíamos chamar de construção/apropriação de um sistema pessoal de comunicação, de signos e de sinais destinados a *fazer-se ouvir*. O vocábulo *criança*, por sua vez, indica uma realidade psicobiológica referenciada ao indivíduo (Kuhlmann Jr. y Fernandes, 2004: 16).

Ao longo dos períodos históricos a infância e a sua escolarização tiveram olhares distintos por intelectuais, religiosos, governantes e pais. Conforme Leite, a escolarização da infância não é garantida apenas com a sua presença nos espaços escolares, «[...] este processo é complexo e envolve uma diversidade de elementos importantes, tais como discurso, espaço escolar, currículo, disciplinas escolares, procedimentos administrativos, entre outros, bem como relações de poder» (2021: 25).

Assim, o presente artigo pretende analisar as representações (Chartier, 1991) dos intelectuais e governantes acerca da escolarização da infância cuiabana durante o governo de

Vol. 23 - N.º 2 - 2022 | pp. 27-46

Júlio Müller (1937-1945), em Mato Grosso materializadas nos projetos e práticas educacionais para a capital do Estado, Cuiabá.

O artigo insere-se no projeto *A educação da infância em tempos de ditadura* que conta com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o que justifica a delimitação temporal, 1937 a 1945, quando o Brasil estava sob a presidência autoritária de Getúlio Vargas que suspendeu as eleições estaduais, nomeando Júlio Strübing Müller como Interventor no estado de Mato Grosso.

Para tal, utilizaremos as legislações, relatórios e mensagens de governantes. As obras memorialísticas também serão utilizadas para percebermos a cultura infantil cuiabana, por meio das quais poderemos vislumbrar vestígios de que «[...] passado não é um reviver, mas re-fazer [...]. É reflexão, compreensão do agora a partir de outrora; é sentimento, reaparição do feito e do ido, não sua mera repetição» (Chauí, 1995: 20).

Assim, pesquisar a escolarização da infância é dar destaque para as crianças e suas vivências, suas escolas e o ensino ofertado a elas. Por isso, organizamos o texto em três partes: a primeira apresenta o contexto histórico e as características educacionais do Estado Novo; a segunda traz a lume o cotidiano da criança cuiabana, visando compreender o público alvo das políticas educacionais; e a terceira parte trata sobre as modalidades da educação primária na capital mato-grossense.

Estado Novo: características da época[3]

Para adentrarmos na vida e escolarização da infância cuiabana no período do Estado Novo (1937-1945) é necessário compreender as características históricas deste período. Período este que marca o desenvolvimento do cidadão moderno e urbano, além do sentimento patriótico, a censura para o povo e a constante propaganda política do governo. Trazer como recorte temporal o período do Estado Novo permite a compreensão acerca do cotidiano e o contexto da escolarização da infância durante a ditadura varguista e como neste período as crianças eram vistas e atendidas nas instituições escolares, especificamente nas instituições cuiabanas durante a interventora de Júlio Müller.

Em 1930, Getúlio Dornelles Vargas, ocupa o cargo como governante do Brasil provisoriamente, destituindo Washington Luis da presidência, após o fim do movimento revolucionário. Em 1934, com a promulgação da Constituição, chega ao fim o governo provisório. Organizada por uma Assembleia Nacional Constituinte, a nova Constituição institui a democracia no país, garantindo o voto direto e secreto, marco importante para as

[3] Incorporação do contexto e desenvolvimento do Estado Novo (1937-1945), bem como um recorte das ideias pedagógicas da época, para situar o leitor acerca do percurso histórico do período escolhido para a pesquisa.

Vol. 23 - N.º 2 - 2022 | pp. 27-46

histórias das mulheres brasileiras, que a partir da Constituição de 1934, passam a ter o direito ao voto e a serem elegíveis. Assim, Vargas assume a presidência como representante eleito. Porém, a Constituição de 1934 permanece em vigor durante apenas três anos, em 1937 por força da Constituição de 34 Vargas é impedido de permanecer no cargo, por meio de um Golpe de Estado manteve-se no poder e instaurou uma ditadura denominada de Estado Novo, sobre este fato Ghiraldelli Jr. destaca:

> Ao contrário da Carta de 34, produzida por uma Assembleia Nacional Constituinte eleita pelo povo, a Lei Maior de 1937 foi produzida pela tecnocracia getuliana (Francisco Campos) e imposta ao país como ordenamento legal do Estado Novo (2000: 81).

Neste período, o Congresso foi dissolvido, governadores eleitos foram destituídos e substituídos por interventores. Em Mato Grosso o indicado para administrar o estado como interventor foi Júlio Strübing Müller, irmão de Filinto Müller. O Estado Novo marca a formulação de uma nova Constituição, com ênfase em rigorosa censura.

A partir da Constituição de 1937, o Estado Novo se desincumbiu da educação pública, passando a assumir apenas o papel subsidiário (Ghiraldelli Jr., 2000), em seu texto desobrigou com que o Estado mantivesse e expandisse o ensino público no país. Dialogando ainda com o autor (Ghiraldelli Jr., 2000), o mesmo destaca que neste período o governo dava indicios de não desejar apenas arrecadar os fundos dos recursos públicos vindos de impostos para democratizar o ensino público, abrindo espaço para as contribuições financeiras de terceiros, surge deste princípio os fundos da Caixa Escolar, que ajudou muitas crianças na compra de remédios, roupas e materiais escolares.

O período do Estado Novo, com a interventoria de Júlio Müller, marca em Mato Grosso a propagação de um:

> [...] senso de identidade nacional na população de Mato Grosso, em específico em Cuiabá. Isto se fez em parte, de maneira discursiva pela propaganda realizada pelos jornais impressos locais e de maneira mais concreta, com a realização de várias construções de obras em Cuiabá (Oliveira, 2019: 07).

Esta identidade nacional repercutiu muito nos espaços escolares, a educação primária passou a ser voltada cada vez mais para uma Pedagogia Tradicional com influências da Pedagogia Nova (Ghiraldelli Jr., 2000), com um currículo embasado no ensino moral e cívico, abrangendo disciplinas como Leitura e Linguagem Oral e Escrita, Matemática, Geografia e História do Brasil, Educação Física e Educação para a higiene e saúde.

Este período histórico marca também um sistema público de ensino diferenciado para as crianças pertencentes as classes abastadas e para as classes populares, o ensino primário passa a ser dividido em escolas reunidas, escolas isoladas (urbanas e rurais) e grupos escolares. Para as classes populares era ofertado um ensino que formasse o cidadão para o trabalho, isto quando não haviam evasões, pois muitas dessas crianças possuíam muitos desafios para

Vol. 23 - N.º 2 - 2022 | pp. 27-46

permanecerem nas instituições escolares, como distâncias, falta de estrutura nas escolas, pouco incentivo, enfim, todos estes elementos acarretavam números grandes de evasões. Já para as classes abastadas o ensino era votado para uma formação superior e mais completa:

> Para as elites o caminho era simples: do primário ao ginásio, do ginásio ao colégio e, posteriormente, a opção por qualquer curso superior. Havia ainda a chance de profissionalização, mais destinada às moças, que depois do primário poderiam ingressar no Instituto de Educação e, posteriormente, cursar a Faculdade de Filosofia. O caminho escolar das classes populares, caso escapassem da evasão, ia do primário aos diversos cursos profissionalizantes. Cada curso profissionalizante só dava acesso ao curso superior da mesma área (Ghiraldelli Jr., 2000: 84).

Destacar o contexto do Estado Novo nos ajuda a compreender e analisar ao longo do artigo toda a trajetória do ensino primário no Brasil e como foi o processo de acesso e permanecia das crianças nas escolas mato-grossenses. Os próximos tópicos nos levam a conhecer a infância cuiabana e sua escolarização dentro deste contexto histórico apresentado.

Ser criança, viver a infância nas ruas de Cuiabá/MT

A infância cuiabana no início do século XX vivia o cotidiano da vida urbano-rural. As casas, geminadas e feitas de adobe[4], ficavam na beira das ruas. Embora o calçamento do primeiro distrito, centro da cidade, tivesse sido pavimentado com pedras cristais em 1925 e, posteriormente, substituídas por paralelepípedos, as ruas periféricas permaneceram ainda de chão batido, como é possível observar na *Figura 1*.

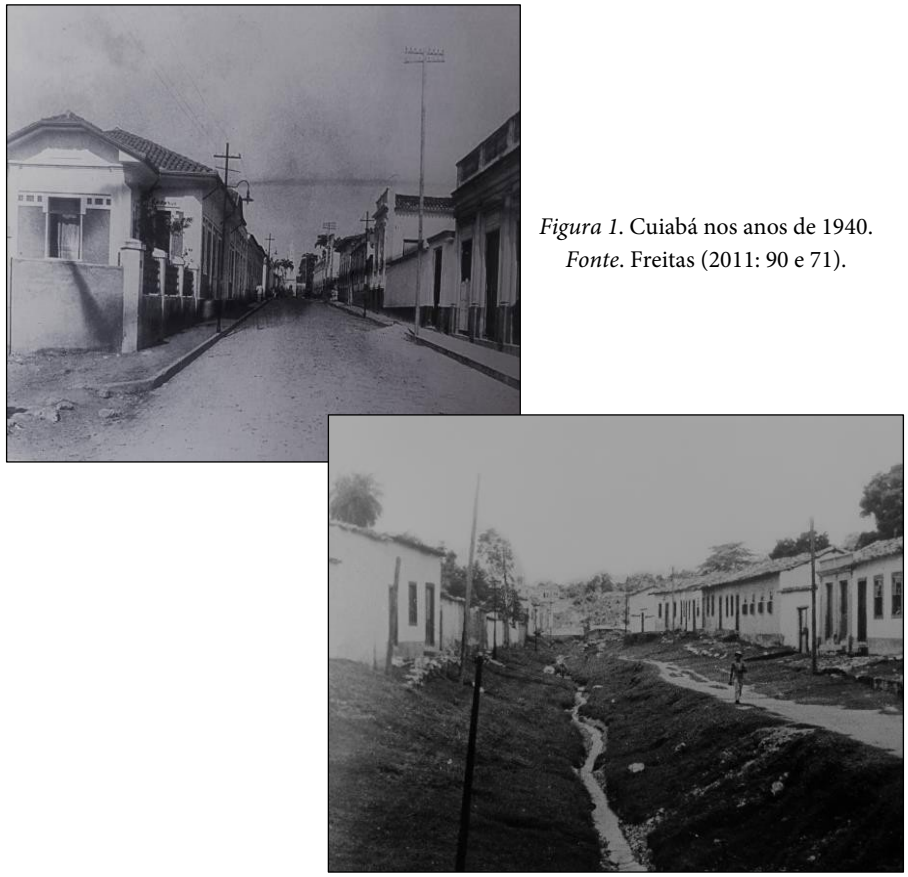

Figura 1. Cuiabá nos anos de 1940.
Fonte. Freitas (2011: 90 e 71).

[4] Tijolo grande de argila, seco ou cozido ao sol, às vezes acrescentado de palha ou capim, para torná-lo resistente.

Vol. 23 - N.º 2 - 2022 | pp. 27-46

Essas são duas imagens do centro da capital mato-grossense: A primeira é da Rua Pedro Celestino, na qual é possível ver ao fundo a torre da catedral, já com calçamento em paralelepípedo e postes de iluminação elétrica; a segunda é um trecho da Rua da Prainha, antiga Rua da Emancipação, paralela à rua central denominada 13 de Junho, que ligava o primeiro distrito (centro) com o segundo distrito (Porto), com terra de chão batido que, segundo Maria de Arruda Müller (Müller y Rodrigues, 1994: 123) «[...] eram molhadas pelo carro-tanque da Prefeitura que, ali pelas 16:00 horas, aparecia aspergindo água por baixo e pelos lados do tanque, deixando cheio de terra molhada, lembrando a chuva que devia chegar». Tal medida inseria-se ao projeto de saneamento da cidade.

A capital foi sofrendo modificações aos poucos, em busca de superar suas características rurais tão acentuadas, até os anos de 1930. Cassio Veiga de Sá, que chegou à cidade em 1939 para dar início ao projeto de remodelação do cenário urbano da capital, descreveu o seu cotidiano interiorano:

> [...] diariamente, pela manhã, o leiteiro, [...] trazia o leite, em vasilhames apropriados. Depois, passava o vendedor de peixe com um carrinho de mão que trazia o pescado na madrugada e logo depois o verdureiro. Os fogões daquela época consumiam lenha [...]. Mas não tínhamos problemas porque o vendedor de lenha também oferecia diariamente ao consumidor, em achas, a lenha [...] pois ele conduzia um boi com duas bruacas, assim chamadas grandes bolsas feitas de couro cru, onde colocava verticalmente as achas de lenha. [...] O mais curioso é o vendedor de leite de cabra que com quatro ou cinco cabras com um sininho no pescoço, circulava pelas ruas e, à porta do consumidor interessado, parava e tirava o leite; aspecto muito curioso, desaparecido, de uma época que já passou (Veiga de Sá, 1983: 55-57).

O segundo e o terceiro distritos, com algumas exceções, eram habitados por uma população com poder aquisitivo inferior a do primeiro distrito. A região portuária recebia as embarcações vindas de outros estados e, diariamente, a barca pêndulo, responsável pela locomoção do terceiro distrito ao segundo distrito e vice-versa.

Foi na região do Porto que os antigos monçoeiros fixaram suas residências e onde foram instaladas as primeiras hospedarias e hotéis para abrigar os viajantes, bem como erguidas as residências de famílias tradicionais cuiabanas. A população ribeirinha abastecia o primeiro distrito com peixes e outras iguarias, mas continuou sem melhoramentos urbanos, com ruas de chão batido e muitos problemas sanitários, como é possível observar na *Figura* 2.

Figura 2. Região do Porto anos 1940. *Fonte*. Siqueira (2006: 168).

Vol. 23 - N.º 2 - 2022 | pp. 27-46

Já o terceiro distrito, nos anos 1920 a 1940, ainda não tinha água encanada e nem luz elétrica. Tinha cerca de três mil habitantes, incluindo os que residiam na zona rural. Depois das 21 horas tudo acontecia na escuridão, quebrada pela iluminação das casas que tinham lamparina de querosene ou velas acesas. Nem por isso deixaria de ter bailes de sanfona ou casa de meretrício (Monteiro, 1987). Era constituído de:

> [...] casas dos dois lados, pequenas, grandes, porta e janela, às vezes outra janela e ainda às vezes outra, baixas, algumas pintadas e borradas, cal e barrado vermelho, umas mostrando reboco ruído pelo tempo ou pelas cabras, deixando ver a sua entranha de adobo, onde se via até o capinzinho seco usado para fortalecer a massa, aparecendo (Lannes, 1999: 35).

O governo de Júlio Müller ficou conhecido pelas construções das Obras Oficiais na capital, tais como a Avenida Getúlio Vargas, Residência dos Governadores, Grande Hotel, Secretaria Geral, Estação de Tratamento de Água, Palácio da Justiça, Cine Teatro Cuiabá, Ponte Júlio Müller, Maternidade, Colégio Estadual Liceu Cuiabano, Estação elevatória de Água. Conforme Buzato:

> A execução do programa *Obras Oficiais* procurou diminuir as diferenças estruturais urbanas entre Cuiabá e outros centros nacionais mais desenvolvidos. Para tanto, não se mediu esforço e o uso do prestígio político da administração do interventor Júlio Müller. Em sua administração, a capital matogrossense vivenciou um momento célere de transformações urbanísticas (2017: 280).

É possível perceber, no entanto, que essas construções não atingiram toda a cidade, permanecendo ainda algumas ruas com as mesmas características de outrora, não sendo possível perceber, em tão pouco tempo[5], mudanças no comportamento da população que, no fim do dia, colocava nas calçadas suas cadeiras e podiam desfrutar desses momentos em frente de suas casas para prosear, contar boas histórias, causos e as crianças podiam brincar. Era comum a interação das crianças com os mais velhos. A relação da vizinhança era um elo muito forte, em que todos conviviam e se respeitavam de uma forma muito significativa.

Havia uma relação de apadrinhamento de crianças para serviços domésticos. Segundo depoimento de Estella Villar Pitaluga (*apud* Gonçalves, Sá y Siqueira, 2007: 119), sua avó recebeu uma menina de alguém, «[...] uma mocinha para fazer serviços e tal, uma agregada, filha da casa, como se diz». Dunga Rodrigues relata que «[...] um juiz de menor nesta cidade, chamou meu pai e lhe entregou um garoto, pedindo-lhe que o criasse» (Müller y Rodrigues, 1994: 72). O motivo de retirar o menino da

[5] Tendo em vista que a delimitação temporal dessa pesquisa vai até 1945, fim do Estado Novo e, consequentemente, do governo de Júlio Müller.

Vol. 23 - N.º 2 - 2022 | pp. 27-46

família era que o pai era alcoólatra e espancava o pequeno. Ainda segundo a autora, «[...] a chegada de Hermógenes virou uma festa, no meio da criançada da família. Ele cumpria rápido as suas obrigações e, logo estava livre para reinar com as suas invenções de brincadeiras» (Muller y Rodrigues, 1994: 72-3).

As surras pareciam ser um modelo adotado naquela ocasião para corrigir as peraltices das crianças. Os filhos de Maria do Rosário, que moravam na esquina da Rua Nova, «[...] se escondiam em um pé de fruta-de banana das surras de seu pai quando este chegava em casa fora do sério. Quando eram pegos, os pobres meninos sofriam com o cinturão deste» (Müller y Rodrigues, 1994: 47). No entanto, a vizinha da frente atravessava a rua e ia interceder pelos meninos. Percebe-se que a comunidade se sentia responsável pelos demais, não tendo cerimônias para interferir na vida do outro para o que fosse considerado por bem.

Brincadeiras eram constantes entre as crianças que podiam crescer livres pelas ruas, como os filhos do Sr. Manoel Ribeiro: Temístocles, Gonçalo e Ivo. Soltavam pipas em épocas de vento e, no período de chuva, aproveitavam os pequenos regos que se formavam com as depressões irregulares das ruas, para pegar pequenas pepitas de ouro na tampa de penico, para conseguir dinheiro para a entrada do circo (Müller y Rodrigues, 1994). Às vezes, em dias de pagamento do quartel, na região do Porto, as crianças saiam «[...] pela praça adjacente, um largo agreste, sem alinhamento e cheio de mato, a procura de montinhos de cobre-preto, que os soldados recebiam como quebra dos vencimentos e atiravam fora» (Müller y Rodrigues, 1994: 153). Com eles poderiam comprar uma tora de rapadura.

As festas religiosas, Divino Espírito Santo, as da Semana Santa e as de São Benedito duravam vários dias e tinham a participação das crianças. Paralelamente, aconteciam as festas populares, como as Congadas, Cavalhadas e as Touradas. Segundo Sá (2007: 71),

> Esse evento inspirava também as brincadeiras infantis. Em junho, logo após as touradas, a criançada brincava com uma cabeça de boi espetada numa vassoura e vários atacantes, reproduzindo, cada um de sua maneira, o espetáculo que se sucedia à festa do Divino Espírito Santo.

Porém, com os novos rumos dados em prol da modernidade da capital, novos hábitos também eram esperados de sua população. Assim, as festas populares foram alvos de críticas por parte dos intelectuais que queriam mudar o perfil do cidadão cuiabano, tornando-o com hábitos e atitudes mais urbanos. Em consequência, na festa do Divino Espirito Santo de 1936, aconteceu a última Tourada em Cuiabá acabando, também, gradativamente com algumas das brincadeiras da criançada. Buzato ressalta que «Entre o que havia de desaparecer e ser esquecido no cenário da Cuiabá que se pretendia moderna, figuravam as tardes de touros, que passaram a ser ferrenhamente criticadas pelos jornais» (2017: 70).

Vol. 23 - N.º 2 - 2022 | pp. 27-46

As meninas, entre outras brincadeiras, simulavam situações domésticas: «Brincávamos de visitinhas e as visitinhas eram feitas de uma árvore para outra, aí nós subíamos na árvore e fazíamos visitinhas. Tínhamos panelinhas de barro e brincávamos de cozinhar. O dia inteiro passávamos lá» (Pitaluga *apud* Gonçalves, Sá y Siqueira, 2007: 119). Os cuidados maternais também eram representados: «Brincava de boneca, de fazer comidinha [...] até me lembro do batizado de bonecas» (Rodrigues 1990 *apud* Rosa, 1990: 210).

No terceiro distrito, no reservatório de água natural que transbordava com a chuva, «[...] a garotada aproveitava para tomar banho e lavar os cavalos e, no poço, as crianças com a caçamba (uma lata na ponta de uma corda) enchia as vasilhas de água de consumo» e transportava com um carrinho de mão (Lannes, 1999: 66). Corriam livres pelas ruas com seus amigos, em suas horas vagas, se divertindo.

> Acontece que, naquela época, era frequente a gente reunir um grupinho e fazer uma espécie de piquenique nos quintais. Às vezes, assava um coelho, matava pomba, rolinha, e quando não tinha nada, «afanava» uma galinha do vizinho! Era fácil, botava um grão de milho no anzol, jogava [...]. A galinha bicava e engolia o milho e assim, ficava presa no anzol. Era só puxar e torcer o seu pescoço [...] (Lannes, 1999: 5).

Além do trabalho das atividades religiosas e do lazer, algumas crianças tinham acesso à vida escolar. Viver entre mundos distintos, dentro e fora da escola, era um grande desafio para a criança cuiabana.

A escolarização da infância: entre regulamentos e práticas

O cargo de Ministro da Educação e Saúde no período do Estado Novo era ocupado por Gustavo Capanema, que esteve ao lado de Vargas desde o movimento revolucionário que depôs o presidente Washington Luís. Assumiu a pasta em julho de 1934 e permaneceu até outubro de 1945. A Constituição de 1937 atribuiu à União a função de «[...] fixar as bases e determinar os quadros da educação nacional, traçando as diretrizes a que deve obedecer a formação física, intelectual e moral da infância e juventude» (Nunes, 2001: 113). Capanema legislou para o ensino secundário e superior, no entanto, não obteve o mesmo êxito em relação ao ensino primário, voltado para a infância. Segundo Nunes, parte desse fracasso «[...] deve-se ao fato de que as próprias interventorias estaduais acabaram se opondo a intenções unificantes do regime, criando assim um impasse para o Estado autoritário na implantação de sua política para esse nível de ensino» (2001: 117).

Tal afirmação é possível ser percebida no relatório do Diretor Geral da Instrução Pública de Mato Grosso, professor Francisco Ferreira Mendes, endereçada ao Interventor Júlio Müller, no qual afirma que:

> O Governo do Estado aguarda até o presente a solução do problema de regulamentação do ensino

Vol. 23 - N.º 2 - 2022 | pp. 27-46

> primário no Brasil, a cujo estudo o Ministério da Educação vem procedendo. A unificação do ensino, de primeira vista, parecia a solução viável acertada. Entretanto, considerando-se o aspecto educacional brasileiro e as condições mesológicas do país, é de ver-se a grande diferença de vida, hábitos e costumes, a oporem barreiras à essa unidade sob o ponto de vista didático-administrativo (Mato Grosso, 1943: s. p.).

No entanto, em 1939, um ano após a promulgação da Constituição estado-novista, teve início o processo de elaboração da Lei Orgânica do Ensino Primário que, após um longo período, foi promulgada em 1946, pelo Decreto-lei nº 8.529, após a saída de Capanema do Ministério. «A Lei Orgânica do Ensino Primário enfeixava o princípio de que a escola primária é mais do que uma instituição para ensinar a ler, escrever e contar. Ela foi considerada, antes de mais nada, com uma finalidade educativa» (Nunes, 2001: 121).

Como não havia um direcionamento ainda por parte do Ministério da Educação e Saúde para os estados, como apontado por Ferreira Mendes, a educação primária em Mato Grosso tinha como normativa o Regulamento da Instrução Pública Primária, promulgado pelo Decreto-lei n.° 759 de 22 de abril de 1927, nele encontrava-se explícito à quais crianças estavam endereçadas à educação pública. O ensino primário voltava-se para as crianças consideradas normais[6], analfabetas, de 7 a 12 anos, excluindo as que fossem «[...] afetadas de moléstia contagiosa ou repugnante e os anormais incapazes de receber instrução nas classes comuns» (Art. 137). Para elas, o ensino ganhou novas modalidades: escolas isoladas rurais, isoladas urbanas, escolas reunidas e grupos escolares (Mato Grosso, 1927: 1-3).

Em sua coluna como articulista do Jornal Correio da Semana, no artigo Campanha progressista Educação, Gervásio Leite critica o regulamento em vigor:

> Outro ponto delicado é o do regulamento. A última reforma que tivemos foi em 1927, e assim mesmo dentro dos princípios do Regulamento de 1910. Ora, hoje as condições sociais são outras; e se a função do ensino é formar cidadãos uteis à sociedade e à Pátria são necessários os meios de educação, afim de preparar homens capazes de viver o momento que passa, cidadãos para o seu tempo (Mato Grosso, 1939: 1).

Gervásio Leite (1970), intelectual mato-grossense, expressa um discurso presente na sociedade naquele momento, de que a educação escolar das crianças deveria estar voltada para formá-los a fim de serem cidadãos úteis à sociedade e à Pátria. Mas, a qual infância ele se referia, se a legislação dava às diferentes infâncias condições escolares diferenciadas? A criança tinha acesso desigual não apenas pelo seu aspecto físico, conforme determinado no

[6] Na legislação crianças normais significavam aquelas que não possuíam nenhuma deficiência física, intelectual, auditiva, visual ou múltiplas.

Vol. 23 - N.º 2 - 2022 | pp. 27-46

Regulamento (Mato Grosso, 1939), mas, também, de acordo com a sua localidade de moradia e a modalidade escolar que frequentava.

As crianças das comunidades rurais tinham acesso por meio da modalidade *isolada rural* à instrução primária rudimentar de dois anos e o programa era composto de: leitura, escrita, as quatro operações sobre números inteiros, noções de História Pátria, Corografia do Brasil e especialmente de Mato Grosso e noções de Higiene (Mato Grosso, 1927). Porém, só teriam acesso à escolarização básica se houvesse na localidade um número superior a 15 crianças.

A Escola Rural Mixta de Bom Sucesso, zona rural de Várzea Grande (3º distrito de Cuiabá), embora fosse localizada numa certa proximidade com o centro da capital, possuía características distintas das urbanas. Segundo Silva (2018), inicialmente, ela funcionava na casa do Sr. Miguel José da Silva, sendo ele mesmo o professor. Em 1937 passou a funcionar na casa de dois quartos, alugada, do Sr. Pociano Gonçalves da Silva, onde Antônia Costa começou a lecionar para crianças de várias idades. A rotina das aulas, quando a professora chegava era: «[...] primeiro tinha a revista, para ver se tinha falta: fulano de tal, presente. Ciclano de tal - presente. Fazia fila. Depois o hino nacional. Isso era todo dia. Quando falava: - silencio! Se ainda continuava, a régua batia na mesa» (Silva, 2017 *apud* Silva, 2018: 58). Diante disso, Silva (2018: 58) conclui que:

> A rotina diária da escola —fila, canto do hino, bons modos, chamada e a cobrança do uso do uniforme— deixa transparecer a ordem e disciplina consideradas necessárias para a formação do futuro cidadão para o mundo moderno capacitando para a rotina do trabalho. O canto do hino Nacional e da Bandeira refletiam o nacionalismo na cultura escolar; os ritos religiosos como a oração antes de começar a aula apontam para a presença do cristianismo nas escolas, evidenciando que a laicidade republicana não conseguiu superar o religioso dentro das escolas.

Percebe-se que, mesmo funcionando com precariedade, a escola isolada rural procurava atender à finalidade do ensino apregoada pelo governo Capanema e era reforçada no Estado, por Gervásio Leite. O ensino acontecia do seguinte modo:

> Primeiro que quando nós começamos a professora fazia aquele A, B, C, D, então, daí pra gente encobrir, dedo estava duro né. Encobria, depois que passava que já estava bem avançado, aí já passava pra nós fazer a mesma fórmula, escrever e encobrir aquelas matérias, aí já ia passava lá no quadro pra gente copiar, depois ela vinha fazer rascunho, muitas vezes tinha falta de letra, daí ela corrigia tudo isso ai. Ela corrigia tudo, se estava certo, se estava errado, tudo marcado, dá um traço né. Aí vinha já estava um pouquinho adiantado, ela passava no quadro nós copiava ponto (Silva, 2017 *apud* Silva, 2018: 60).

Vol. 23 - N.º 2 - 2022 | pp. 27-46

A professora, habitualmente, ensinava conforme havia sido ensinada. Tentando dar conta da disciplina e do ensino de crianças em idades variadas numa mesma sala de aula (Sá, 2007).

Outra modalidade escolar primária pública era a *escola isolada urbana*, que atendia as crianças que residiam num raio de até três quilômetros da sede do município (Mato Grosso, 1927), com um currículo de três anos. A documentação indica que entre os anos de 1939 e 1943, haviam quatro escolas isoladas na cidade de Cuiabá. Segundo Pitaluga «Em cada um dos bairros tinha uma escola chamada isolada; então era supervisionada pelo grupo escolar, que ficou sendo uma espécie de matriz, diretriz da escola» (*apud* Gonçalves, Sá y Siqueira, 2007: 122).

Mas, embora os grupos escolares abolissem os castigos físicos, Pitaluga relata que

> [...] um vizinho da casa da minha avó havia uma escola que eu tinha pavor, tinha uma porção de paus. E eu perguntava que paus eram esses, com umas coisas redondas. Aí ela explicou que eram palmatórias para castigar os alunos, então quando batia formava uma tatuagem (*Apud* Gonçalves, Sá y Siqueira, 2007: 125).

Ubaldo Monteiro da Silva também se lembra dos castigos:

> Eu comecei a estudar com o professor Feliciano Galdino, e logo nos primeiros dias de aula ele começou a usar a palmatória, bater nas crianças com régua, e eu então cheguei em casa amedrontado e disse aos meus pais que não queria mais estudar. Então ai que eu fui para o Grupo Escolar Senador Azeredo (Silva, 2007 *apud* Gonçalves, Sá y Siqueira, 2007: 134).

Os *grupos escolares*, outra modalidade escolar prevista no Regulamento (Mato Grosso, 1927) para atendimento à infância, foram responsáveis pela escolarização de grande parte das crianças que residiam em Cuiabá. Sua organização era graduada, com um currículo de 4 anos e só poderia funcionar, no mínimo, com oito classes e 250 crianças em idade escolar. Nesse período funcionavam dois grupos em Cuiabá: o Barão de Melgaço, no 1° distrito e o Senador Azeredo, no 2° distrito, que atendiam um número bem superior ao estipulado pelo Regulamento de 1927, como é possível observar no *Quadro 1*.

Modalidades	*Quantidade de alunos*		
	1942	1943	1944
Escola Modelo Barão de Melgaço	881	904	937
Grupo Escolar Senador Azeredo	740	747	710

Quadro 1. Quantidade de alunos de ambos os sexos nos grupos escolares.
Fonte. Mato Grosso, 1942, 1943, 1944.

Embora construídos em prédios monumentais para a realidade cuiabana nas primeiras décadas do século XX, já nos anos trinta e quarenta a estrutura necessitava de adequações. Tal situação é descrita pelo professor Ferreira Mendes, diretor da Instrução Pública:

Vol. 23 - N.º 2 - 2022 | pp. 27-46

> Como acentuei no meu relatório anterior, há grande necessidade de uma readaptação do edifício em que funciona a Escola Modelo, visando uniformizar as salas de aula, dotando-o também de aparelhos higiênicos para uso dos alunos, principalmente os bebedouros [...]. Situado à Rua Senador Azeredo, com esquina para a Rua 13 de Junho, no (p.11) 2º Distrito desta Capital, o edifício do Grupo Escolar *Senador Azeredo* é um dos melhores que possui o Estado, tendo sido construído em 1914; é de sólida construção e reformado em princípios do ano último. Tem amplas e arejadas salas de aula. Entretanto, está presentemente necessitando de alguns reparos tais como tomadas de várias goteiras e conserto nas privadas, cujas caixas de descarga não funcionam bem (Mato Grosso, 1943: s. p.).

As questões sanitárias continuavam em pauta dos administradores mato-grossenses. Conforme Hochmann «Se o Estado Novo atualizou a "herança sanitária" da Primeira República, também a renovou e a inovou» (2001: 142). Várias iniciativas foram tomadas a respeito, algumas delas nas escolas, visando orientar e acompanhar os maus hábitos higiênicos a fim de garantir uma mão de obra saudável e útil à Pátria. Em Mato Grosso, o Departamento de Saúde em colaboração com a Diretoria Geral da Instrução Pública procedia exames radiológicos nos alunos, vacinação intensiva, bem como procurou investir na instalação de bebedouros nas escolas, embora ainda houvesse a reclamação por parte da direção do Grupo Escolar Barão de Melgaço. No entanto, a imprensa noticiava que havia «[...] séria dificuldade pela incompreensão e desconfiança da quase maioria dos pais e responsáveis pela educação das crianças» (O Estado de Mato-Grosso, 1941: 6).

O cuidado com a saúde da criança que frequentava a escola estava previsto no *Regulamento* em vigor, no capítulo VIII, que trata da Assistência médico-escolar:

> *Art. 181.* Será mantida, no Estado, a assistência médico-escolar.
>
> *Art. 182.* Haverá para esse fim um médico, encarregado da inspeção médica dos estabelecimentos públicos e particulares.
>
> *Art. 183.* Ao inspetor médico que é de livre nomeação do Presidente do Estado, incumbe: inspecionar periodicamente as escolas do Estado, aconselhando as medidas profiláticas determinadas pela legislação sanitária; vacinar e revacinar os professores, alunos e empregados das escolas; examinar se os prédios onde funcionam escolas públicas e particulares satisfazem as condições higiênicas necessárias; tratar gratuitamente das principais doenças endêmicas, e das moléstias de olhos, nariz, garganta e ouvido, os alunos das escolas públicas; aplicar, nas casas de ensino público e particular, as medidas profiláticas que julgar necessárias; [...]

Vol. 23 - N.º 2 - 2022 | pp. 27-46

Art. 184. O inspetor-médico procederá semanalmente e sempre que julgarem necessário as autoridades escolares, ao exame médico dos alunos matriculados nas escolas públicas.

Art. 185. Se o exame médico revelar moléstia das enumeradas na letra d) do art. 183, o inspetor-médico providenciará o seu tratamento, fazendo recolher, se a família do aluno for pobre, ao estabelecimento de assistência, subvencionado pelo Estado, e em caso contrário, será a família notificada para fazê-lo, por médico de sua confiança (Mato Grosso, 1927).

Em seus pátios, as aulas começavam com a formação de fila dos alunos, separados por sexo, como vemos na *Imagem 3*, a fila do Grupo Escolar Barão de Melgaço.

Imagem 3. Momento da fila no Grupo Escolar Barão de Melgaço. Anos 1920-30. *Fonte.* Siqueira (2006: 102).

Nesse momento, Pitaluga relembra: «[...] cantávamos antes de começar a aula, a turma ia para o pátio do recreio, era um canto bonito assim, cantávamos antes do início das aulas e no fim catávamos também. Conhecíamos todos os hinos, dava valor, uma coisa muito boa» (*Apud* Gonçalves, Sá y Siqueira, 2007: 120), enquanto no Grupo Senador Azeredo, «[...] na saída formávamos filas para cantar o Hino da Bandeira Nacional», como relata Silva (2007 *apud* Gonçalves, Sá y Siqueira, 2007: 133). Sobre o ensino e sua metodologia, Maria Constança de Barros Machado, ex-aluna do grupo escolar barão de Melgaço, rememora:

> Em Cuiabá, na Escola Barão de Melgaço, aprendi a ler, já pelo método moderno [...]. A professora começava com frases, que eram decompostas em palavras, escritas no quadro negro. Quando recebíamos o livro, já conhecíamos uma parte dele. Antes, as crianças aprendiam a ler pelo método sintético, da soletração, decorando letras, repetindo sílabas. A tabuada era cantada: três vezes um três, três vezes dois seis, três vezes três noves, noves fora nada. A classe repetia a cantilena, sob a regência da professora. Quando aluno errava, não queria estudar, não fazia tarefas, ou rasgava cadernos, a professora apelava para a palmatória: um círculo de madeira, cheio de furinhos, mais ou menos do tamanho da mão da criança, com um cabo que era segurado com raiva (Machado 1990, *apud* Rosa, 1990: 62).

Vol. 23 - N.º 2 - 2022 | pp. 27-46

Outra modalidade de ensino primário eram as *escolas reunidas*. Era constituída pela reunião de três ou mais escolas isoladas que funcionassem num raio de dois quilômetros, com frequência total mínima de 80 alunos, com três anos de duração. Havia na capital 4 escolas reunidas: *Leovegildo de Mello*, *José Magno*, *Pedro Gardés* e *José Estevão*. Essas escolas atendiam o seguinte número de crianças, de ambos os sexos:

Modalidades	*Quantidade de alunos*	
	1943	1944
Escolas Reunidas *Leovegildo de Mello*	326	320
Escolas Reunidas *José Magno*	322	309
Escolas Reunidas *Pedro Gardés*	249	262
Escolas Reunidas *José Estevão*	178	160

Quadro 2. Escolas Reunidas de Cuiabá - 1937 a 1945
Fonte. Mato Grosso, 1942, 1943, 1944.

As Escolas Reunidas *Leovegildo de Melo*, criadas pelo Decreto Interventorial n.º 441, de 2 de maio de 1935, instaladas em 30 de abril de 1936, funcionavam na Rua Coronel Peixoto, atualmente no Bairro Bandeirantes, em prédio do Estado que, conforme Ferreira Mendes ano:

> [...] é dos mais antigos, senão o mais antigo dos que possui o Estado para os serviços de ensino. Tem merecido sempre a melhor atenção do Governo, que anualmente, atendendo com solicitude os pedidos desta Diretoria, o manda limpar e melhorar suas condições pedagógicas. Ainda este ano, acaba V. Excia. de autorizar novamente a limpeza do edifício (Mato Grosso, 1943: s. p.).

Em virtude de sua estrutura física inadequada, mesmo com o aumento crescente de alunos, a Diretoria da Instrução Pública não recomendou sua elevação à categoria de Grupo Escolar, alegando que não teria condições de funcionar nos dois turnos. Além disso, alegou que seu «[...] material escolar é velho e está bastante estragado. Ainda este ano o Almoxarifado desta repartição forneceu à Diretoria das Escolas Reunidas Leovegildo de Melo cinco quadros negros novos» (Mato Grosso, 1943: s. p.).

O relatório do diretor da Instrução Pública ainda destaca que «[...] O ensino cívico nestas escolas tem sido efetuado com carinho, em correspondência com o ensino intelectual, de forma a avigorar no espirito infantil o amor do Brasil» (Mato Grosso, 1943: s. p.).

As Escolas Reunidas *José Magno* funcionavam no Bosque Municipal na capital, em prédio de propriedade particular alugado, com salas bem ventiladas e arejadas. Seu material escolar velho e usado, precisava ser «[...] reformado por se tratar de um estabelecimento de importância, situada nesta Capital em bairro populoso e bem frequentado». Ainda sobre o ensino, Ferreira Mendes assinala que, «Como nos demais estabelecimentos de ensino primário, desta Capital, o ensino Cívico nestas Escolas Reunidas foi executado com especial carinho» (Mato Grosso, 1943: s. p.).

Vol. 23 - N.º 2 - 2022 | pp. 27-46

As Escolas Reunidas *Pedro Gardés* foram instaladas em 14 de abril de 1931, no 3° distrito desta Capital, em edifício próprio do Estado e distante 6 quilômetros do centro da cidade. Encontrava-se localizada onde é hoje uma esquina da Avenida Couto Magalhães com a Rua Miguel Baracat, «[...] em um prédio no qual por muito tempo fora residência da professora Adalgisa de Barros que foi a diretora das Escolas Reunidas de Várzea Grande, permanecendo com esse nome durante todo o período da ditadura Getulista» (Ribas, 2010: 78). O prédio, dispondo de boas acomodações, encontrava-se muito estragado, necessitando de urgentes reparos, porém:

> O material escolar é bastante velho, estragado, necessitando ser reformado. Esta Diretoria adotou o critério de suprir as falhas das Escolas situadas distante do centro urbano, com material retirado dos Grupos Escolares Barão de Melgaço e Senador Azeredo, unidades estas, que obtiveram completa do material escolar de uso dos alunos (Mato Grosso, 1943: s. p.).

As Escolas Reunidas *José Estevão* foram criadas pelo Decreto Interventorial n.° 441, de 1935, e ficavam localizadas no bairro do Barcelos, na capital, em prédio alugado adaptado pelo proprietário para esse fim e equipado com «[...] algumas mesas, cadeiras e quadros-negros, e mais doze carteiras usadas, retiradas do Grupo Escolar Modelo Barão do Melgaço» (Mato Grosso, 1943: s. p.).

As Escolas Reunidas Souza Bandeira, localizadas na zona rural da capital, foram criadas por Decreto Interventorial em 4 de maio de 1937 na povoação do Coxipó, distante uma légua do centro da Capital. Foram instaladas em prédio estadual, porém velho, inexpressivo e sem conforto.

> A respeito diz o relatório da sua Diretoria: Estragaram-se as paredes, ruiu parte do muro do quintal onde as crianças fazem recreio; o telhado acha-se grandemente danificado, necessitando um reparo geral. As salas são suficientemente largas [sic] e arejadas, com aumento dos alunos, porém, que se verificou neste ano, será necessário aumentar a sala onde funcionam o 3° e 4° anos mistos, pois não comporta o número de alunos matriculados (Mato Grosso, 1943: s. p.).

A localização das Escolas Reunidas Souza Bandeira comprometia sobremaneira a frequência dos alunos, em virtude de sua distância. Os dados encontrados nos documentos demonstram que dos 166 alunos matriculados, de ambos os sexos, apenas 134 frequentaram as aulas até a época dos exames. Desses, 32 foram eliminados e ao final do curso apenas 7 alunos concluíram. Percebe-se que as crianças que residiam em Cuiabá/MT, durante o Estado Novo, não tinham acesso à mesma escolarização devido à vários fatores sociais e econômicos.

Vol. 23 - N.º 2 - 2022 | pp. 27-46

Considerações finais

As crianças cuiabanas que até completar os 7 anos corriam e brincavam livremente pelas ruas e vizinhanças, quando chegavam a idade escolar adentravam ao processo de escolarização. Foi possível perceber que educação escolar não contemplava todas as crianças que residiam na capital, e, as que tinham acesso à escola, tiveram uma escolarização em modalidades escolares, planejadas e organizadas, conforme o acesso e poder aquisitivo da família.

As modalidades escolares diferiam-se de acordo com a sua localidade na capital e, por isso, atendiam infâncias diferentes. Ocupando os espaços centrais nos 1° e 2° distritos, foram instalados os grupos escolares, cujo acesso era disputado pelas famílias de maior poder aquisitivo, por ser uma escola modelar.

As escolas reunidas, formadas pela união de escolas isoladas do sexo masculino e feminino eram localizadas em bairros menos centrais, por isso recebiam tanto as crianças de famílias com médio poder aquisitivo, quanto as mais carentes. E, as escolas isoladas, eram em número menor e recebiam àquelas crianças que residiam longe dos locais das demais modalidades ou as que não haviam conseguido vagas nos grupos escolares e nas escolas reunidas.

As escolas localizadas nas zonas rurais não faziam parte do cenário da capital, porém, optamos por inseri-las porque se encontravam próximas à zona urbana e, para que fosse possível perceber as diferenças entre elas numa realidade tão próxima e tão desigual.

Como foi possível perceber, as crianças que estudavam nos grupos escolares tinham acesso a escolas com melhores estruturas e equipadas. Em comparação às demais escolas, as reclamações sobre a estrutura física e equipamentos eram minimizadas. As crianças participavam de práticas escolares fiscalizadas de perto pelo seu diretor, garantindo a aprendizagem de conhecimentos e valores esperados para a sua formação.

As demais escolas lutavam com a precariedade de estrutura, equipamentos e professores, porém, mesmo com tais diferenças, as crianças tinham algumas rotinas parecidas no ambiente escolar, principalmente as que eram formadas para a ordem e disciplina vitais para o mundo do trabalho com conhecimentos morais e cívicos.

Recibido: 30 de mayo de 2020.
Aceptado: 18 de noviembre de 2021.

Vol. 23 - N.º 2 - 2022 | pp. 27-46

Referências Bibliográficas

Buzato, G. F. (2017) *Transformações urbanas em Cuiabá e a formação do cidadão moderno (1937-1945)*. Tese apresentada ao Programa de Doutorado em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Cuiabá/MT.

Chartier, R. (1991). "O mundo como representação". Em *Estudos Avançados,* São Paulo, volumem 5, número 11, p. 173-191.

Chauí, M. de Souza (1995). "Os trabalhos da memória". Em Bosi, E. *Memória e Sociedade:* Lembrança de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 17-33.

Freitas, M. A. de (2011). *Cuiabá: imagens da cidade:* dos primeiros registros à década de 1960. Cuiabá-MT: Entrelinhas.

Ghiraldelli Jr., P. (2000). *História da Educação.* São Paulo: Cortez.

Gonçalves, M.; Sá, N. P. y Siqueira, E. M. (2007). *Lembranças de professores e alunos mato-grossenses: 1920-1950*. Cuiabá/MT: EdUFMT.

Hochman, G. (2001). "A saúde pública em tempos de Capanema: continuidades e inovações". Em Bomeny, H. (org.). *Constelação Capanema:* intelectuais e políticas. Rio de Janeiro/RJ: Editora FGV, 127-152.

Kuhlmann Jr., M. (1998). *Infância e Educação infantil: uma abordagem histórica.* Porto Alegre/RS: Mediação.

Kuhlmann Jr., M. y Fernandes, R. (2004). "Sobre a história da infância". Em Faria Filho, L. M. (org.). *A Infância e sua Educação: materiais, práticas e representações (Portugal e Brasil)*. Belo Horizonte/MG: Autêntica.

Oliveira, C. E. de (2019). "Mato Grosso na Era Vargas: (1937-1945): Caminhos migratórios e Novas Fronteiras". Em Anpuh Brasil - *30º Simpósio Nacional de História*. Recife.

Lannes, M. (1999). *Causos e Fatos: histórias populares de Várzea Grande*. Cuiabá/MT: AyC Assessoria de Comunicações Ltda.

Leite, F. S. A. (2021). *A escolarização da infância em Mato Gross e suas representações (1930-1945).* Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Cuiabá/MT.

Leite, G. (1970). *Um século de instrução pública (História do Ensino Primário em Mato Grosso)*. Goiânia/GO: Ed. Rio Bonito.

Vol. 23 - N.º 2 - 2022 | pp. 27-46

Machado, M. C. de Barros (1990). "Depoimento". Em Rosa, M. da G. Sá. *Memória da Cultura e da Educação em Mato Grosso do Sul.* Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande/MS, 60-73.

Mato Grosso (1927). *Regulamento da Instrução Pública Primária do Estado de Mato Grosso.* Decreto n.° 759, de 22 de abril de 1927. Cuiabá/MT: Arquivo Público de Mato Grosso.

— (1939). *Correio da Semana.* Ano II, número 71. Cuiabá/MT: Arquivo Público de Mato Grosso.

— (1941). *O Estado de Mato-Grosso: Edição Comemorativa.* Cuiabá/MT: Arquivo Público de Mato Grosso.

— (1942). *Relatório apresentado ao Exmº Sr. Getúlio Vargas pelo Interventor do Estado de Mato Grosso, Júlio Strübing Müller*. Cuiabá/MT: Arquivo Público de Mato Grosso.

— (1943). *Relatório do Diretor da Instrução Pública, Ferreira Mendes, apresentado ao Interventor do Estado de Mato Grosso, Júlio Strübing Müller*. Cuiabá/MT: Arquivo Público de Mato Grosso.

— (1944). *Relatório apresentado ao Presidente do Estado pelo Diretor da Instrução Pública, Francisco Alexandre Ferreira Mendes*. Cuiabá/MT: Arquivo Público de Mato Grosso.

Monteiro, U. (1987). *Várzea Grande: passado e presente confrontos.* Cuiabá/MT: Policromos.

Müller, M. de Arruda y Rodrigues, D. (1994). *Cuiabá ao longo dos cem anos*. Cuiabá/MT: Ed. do Autor.

Nunes, C. (2001). "As Políticas Públicas de Educação de Gustavo Capanema no Governo Vargas". Em Bomeny, H. (org.). *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro/RJ: Editora FGV, 103-125.

Ribas, M. de Almeida (2010). *Memória da cultura escolar da escola estadual Pedro Gardés em Várzea Grande/MT*. Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Cuiabá/MT.

Rosa, M. G. de Sá (1990). *Memória da cultura e da educação em Mato Grosso do Sul.* Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande/MS.

Vol. 23 - N.º 2 - 2022 | pp. 27-46

Sá, E. Figueiredo de (2007). *De criança a aluno: as representações da escolarização da infância em Mato Grosso*. Cuiabá/MT: EdUFMT.

Silva, S. M. da (2018). *Memórias da escola rural: representações da cultura escolar da Escola Rural Mixta de Bom Sucesso na memória de ex-alunos e uma ex-professora (1937-1952)*. Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Educação do Instituto de Educação da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), Cuiabá/MT.

Siqueira, E. M. (org.) (2006). *Cuiabá: de Vila à Metrópole nascente*. Cuiabá/MT: Entrelinhas.

Veiga De Sá, C. (1983). *Memórias de um cuiabano honorário*. São Paulo: Editora Resenha Tributária Ltda.